

UMA NOTA SOBRE A GEOGRAFIA AGRÁRIA NA INTERFACE RURAL-URBANA

Felipe da Silva Machado
Geógrafo – UFRJ
Mestrando – PPGG/UFRJ
felipemachado1@gmail.com

Geografia Agrária e seus temas de interesse

A agricultura, definida como uma atividade econômica praticada pelo homem e que visa à produção de alimentos e matéria-prima, é um tema antigo da Geografia. Nas décadas de 1930 e 1940, quando a ciência geográfica era estruturada através de uma divisão dual - Física e Humana -, a agricultura ocupava prioridade nos estudos econômicos da Geografia Humana. A definição de um campo de estudo específico não era necessária, uma vez que no espaço a atividade agrícola era hegemônica.

A partir da década de 1950, como aponta Ferreira (2001), o desenvolvimento do sistema urbano-industrial e a concretização da divisão social do trabalho colocaram a cidade e a indústria como precursores de uma nova realidade econômica. “A complexidade das relações que se estabeleceram levou à necessidade de definição de novos campos, e a agricultura, passou a ser coadjuvante num sistema econômico constituído por muitos elementos ou partes” (FERREIRA, 2001, p.43). Por consequência emerge a necessidade de uma definição exata do campo de estudo de cada um dos ramos.

As primeiras contribuições relativas à definição e ao objeto da Geografia Agrária – campo de estudo das atividades econômicas ligadas ao rural - foram escritas por geógrafos estrangeiros, como as de Waibel em “Capítulos de Geografia Tropical do Brasil” (1979). Em Waibel (1979), a Geografia Agrária é a denominação para uma disciplina com a preocupação na diferenciação espacial da agricultura. “A agricultura é um importante fenômeno da superfície da terra e é atribuição da Geografia Agrária tentar descrever a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes” (WAIBEL, 1979, p.30).

A Geografia Agrária de Waibel parte sua análise da fito e da zoogeografia. A Geografia das plantas úteis e dos animais domesticados é diferenciada a partir de três disciplinas, uma preocupada com a distribuição das espécies vegetais e animais da

agricultura, a Geografia Agrária Estatística. Outra trata das formas da economia e a relação com o meio ambiente - Geografia Agrária Ecológica - e a última é orientada na análise dos diferentes aspectos da paisagem - Geografia Agrária Fisionômica.

Ferreira (2001) enquadra os trabalhos geográficos sobre agricultura até a década de 1950 em três categorias de análise: estudos econômicos, referentes à avaliação da produção e da comercialização de produtos agrícolas, examinados sob a forma de dados estatísticos; estudos ecológico-físicos, nos quais há análise dos condicionantes físicos “forma do terreno, clima, tipos de solo, importantes para explicar a localização dos cultivos e o uso de recursos”; e estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou seja, da paisagem como resultado da ação humana.

O geógrafo agrário estava preocupado em estudar a atividade agrícola evidenciada na paisagem e distribuída distintamente pela superfície da terra em função dos condicionantes naturais, dos sistemas econômicos (sistemas de cultivos) e da população (hábitat, modo de vida). Está é a Geografia Agrária da década de 1950: imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica (FERREIRA, 2001, p.47).

Na década de 1970, no contexto da Geografia Agrária Quantitativa, mudanças revelam a necessidade de revisão do objeto de estudo. O processo de modernização da agricultura introduz no campo novas formas de produzir, novas relações de trabalho mais apropriadas à lógica do sistema capitalista, nas quais a indústria passa a ser produtora de insumos para a agricultura e consumidora de bens agrícolas. Momento em que os capitais apropriacionistas, associados com o processo de produção rural e com a transformação primária das safras, e os capitais substitucionistas, envolvidos nas etapas posteriores da fabricação de alimentos, transformaram o processo de produção rural (GOODMAN *et alli*, 1987).

A década de 1980 é marcada por preocupações quanto às perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Agrária no Brasil. Com uma economia globalizada e uma crescente expansão urbana, pensar nos novos papéis do espaço agrário nesse contexto contemporâneo tornava-se importante. Pensar o espaço agrário não como aquele destinado somente às atividades rurais, no sentido de produzir alimentos e matéria-prima (função produtiva), mas também por meio dos aspectos plurais da intensa relação campo-cidade. Ferreira (2001) aponta que no trabalho de Galvão (1987), elaborado num contexto de complexidade, a revolução teórico-quantitativa e o materialismo histórico e dialético tornaram-se marcantes para os novos encaminhamentos teórico-

metodológicos da Geografia Agrária. Galvão (1987) revisa as metodologias e busca novas formas para explicar a realidade em constante mutação, afirmando que a Geografia Agrária precisa responder e compreender o processo de transformação por que passa o meio rural. A articulação e interação entre o rural e o urbano, resultando uma nova concepção de espaço agrário, é um elemento da revitalização dos estudos de Geografia Agrária.

Para responder às novas perspectivas colocadas pelo espaço rural, Galvão (1987) coloca a relação campo-cidade como uma alternativa de análise do ponto de vista da percepção, que oferece novas oportunidades de investigação, visto que pode propiciar um equacionamento entre a decisão pontual do produtor e a dimensão espacial da produção, que consiste num dos grandes entraves metodológicos (GALVÃO, 1987 *apud* FERREIRA, 2001).

A compreensão dos problemas agrários passa a exigir, de forma cada vez mais presente uma análise ampla e cuidadosa das relações entre o rural e o urbano [...] para a Geografia Agrária, entretanto, as relações campo/cidade têm muitas outras conotações, seja para o estudo da agricultura enquanto atividade produtiva, seja para o estudo da população nela envolvida enquanto agente de produção, ou ainda para a compreensão do próprio espaço agrário, enquanto segmento individualizado de um contexto espacial maior no qual se insere (GALVÃO, 1987 *apud* FERREIRA, 2001, p.60).

Mas, ainda hoje, permanece na maior parte dos trabalhos geográficos uma dicotomia entre os estudos rurais e urbanos. Bicalho *et alli* (1998) afirmam que, geralmente, os estudos rurais são estritamente agrários e os urbanos estritamente urbanos e mantém-se a visão da substituição do agrário pela expansão urbana, dominando a competição pelo uso do espaço. Porém, pesquisas no âmbito da interação rural-urbana, desenvolvida nos últimos anos por geógrafos e outros especialistas, reverte esta visão dicotômica. Estudos começam a evidenciar tendências semelhantes na constituição de um novo espaço, distinto em si mesmo e produto da intercessão rural-urbana. Um novo processo de constituição espacial importante como objeto de estudo para geógrafos urbanos e agrários.

O espaço rural contemporâneo apresenta diferentes atividades, resultado da introdução de atividades não agrícolas no campo, que podem tanto estimular quanto conflitar com as atividades tradicionais, assim como coexistirem. Assim, as atividades rurais típicas e de pluriatividades expressam a natureza multifuncional do espaço rural atual. Sendo também a pluriatividade e a multifuncionalidade no campo responsáveis

pela diversidade de interesses e atores locais, que podem fortalecer o contexto social local e criar caminhos para a sustentabilidade rural. Bicalho (2003) destaca alguns temas de interesse e de preocupação geográfica que ampliam as questões teórico-metodológicas e a prática social e econômica do campo: a multifuncionalidade do espaço rural contemporâneo; a superação da dicotomia biofísica e humana; as novas políticas e práticas no campo; a participação comunitária e o conhecimento local; e o confronto cultural e político na mediação de interesses de atores diversos. Nos atuais estudos agrários são reconhecidos sistemas rural-urbanos que se movimentam em torno de questões comuns em processos complexos e com diversidade de atores.

Questões centrais da Interface Rural – Urbana

Nas pesquisas sobre a sustentabilidade na interface rural-urbana, uma das questões teórico-metodológicas da Geografia Agrária contemporânea, um atual grupo de pesquisa da Comissão da União Geográfica Internacional (UGI) aponta determinadas perspectivas e diretrizes para o estudo da temática. Destaca-se que apesar do reconhecimento de que as interações dependem do grau de urbanização das áreas estudadas, que varia regionalmente, existem pontos em comum a todas elas a partir das tendências globalizantes.

Outro ponto fundamental destacado pelo grupo é a necessidade de abertura em ambos os componentes, rurais e urbanos, expressos no livre trânsito de suas economias e culturas. Os processos contemporâneos atuam tanto no urbano quanto no rural, e aproximam e intensificam as interações setoriais, que conseqüentemente se transformam em relações integrativas e reconfiguram uma nova organização social, cultural e política. “O rural e o urbano existem em proximidade com estreito relacionamento simbiótico em termos do funcionamento dos ecossistemas naturais, das atividades econômicas e da organização social, cultural e política” (BICALHO *et alli*, 1998, p.110).

A identificação nas interações rural-urbanas das diferentes atividades que redefinem o rural é iminente nessa perspectiva de pesquisa. Torna-se necessário reconhecer áreas não apenas mais distantes da região metropolitana, mas também na franja (periurbana) ou mesmo embutidas (intraurbana), como enclaves dentro do

contexto urbano. As novas funções do espaço rural no contexto urbano são um ponto fundamental a se considerar. O interesse pelo ambiente natural nos enclaves rurais está na manutenção de áreas verdes e de lazer. Assim, Bicalho *et alli* (1998) apontam que as áreas rurais ganham a função de bem-estar com a melhoria da qualidade de vida do ambiente urbano densamente construído. A preocupação com o ambiente natural na franja rural-urbana é semelhante. Já nas áreas de localização mais afastadas, de sombra urbana, sobressaem questões de preservação e conservação da natureza (reservas florestais, proteção de mananciais de água e reservas associadas a atividades de lazer).

A conservação em si é comumente abordada nas áreas de produção agrícola, procurando conciliar sistemas agrícolas altamente intensivos com problemas de erosão dos solos, poluição, desmatamento e exaustão dos recursos hídricos. A atividade produtiva, por questões econômicas e sociais ou de conservação, pode ser combinada com atividades de lazer como hotéis-fazenda, pesca e turismo agrícola. Ao seu lado se encontram as mais diversas formas de veraneio e turismo campestre e ecológico (BICALHO *et alli*, 1998, p.111).

O conhecimento do comportamento das áreas de interações rural-urbanas, dentro da dimensão temporal, possui um curto prazo, uma vez que se constituem de ambientes com grande instabilidade e passíveis a mudanças rápidas. “São áreas que apresentam intensa dinâmica social, econômica e política [...] contínuas e rápidas mudanças, a exemplo da ordenação e reordenação constante do uso da terra ou a incorporação de novas atividades e, mesmo, sua alteração” (BICALHO *et alli*, 1998, p.117).

Nos estudos da Geografia Agrária sobre as interações rural-urbanas emerge a necessidade de se repensar a própria descrição e análise. Em tais estudos torna-se importante a construção de uma perspectiva holística, que abranja as dimensões ambiental, político-administrativa, sociocultural e econômica. Sendo assim, é preciso que se estruture um trabalho que não negligencie a complexidade do tema de pesquisa, e que evite abordagens dicotômicas e interpretações lineares e conflitantes dos impactos.

Referências

BICALHO, A. M. de S. M. Sustentabilidade na interface Rural-Urbana – Questões Centrais à Pesquisa. **Revista Pós Graduação em Geografia - UFRJ**. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG, Semestral, Vol. 2, 1998, p.106-119.

BICALHO, A. M de S. M. Os desafios à sustentabilidade rural e a prática geográfica. In: BICALHO, A. M. de S. M. e HOEFLE, S. W. (Org.) **A Dimensão**

Regional e os Desafios à Sustentabilidade Rural. Rio de Janeiro. Brasil: Laget-UFRJ/CSRS-UGI, 2003, p. 509-534.

FERREIRA, D. A. de O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. In: **Terra Livre**, nº16, São Paulo, 2001, p.39-70.

GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. A Apropriação Industrial do Processo de Produção Rural. In: GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. **Das Lavouras à Biotecnologias.** São Paulo: Campus, 1987, p.5-43.

GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. A Substituição Industrial do Produto Rural. In: GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. **Das Lavouras à Biotecnologias.** São Paulo: Campus, 1987, p.51-87.

WAIBEL, L. O sistema da Geografia Agrária In: WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: SUPREN, 1979, p.29-35.